

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**



**MANUAL DAS ATIVIDADES DE FUNERAL DO
COMANDO DA AERONÁUTICA
SUBDIRETORIA DE ENCARGOS ESPECIAIS
MCA 143-1/2018 (digital)**

MANUAL DAS ATIVIDADES DE FUNERAL DO COMANDO DA AERONÁUTICA

ATUALIZAÇÃO: 2 DE ABRIL DE 2019

RESPONSABILIDADE: DIVISÃO DE ENCARGOS ASSISTENCIAIS (DEA)

MÓDULO 1 - APRESENTAÇÃO

MÓDULO 2 – SIGLAS, CONCEITOS E REFERÊNCIAS

2.1 SIGLAS

2.2 CONCEITOS

2.3 REFERÊNCIAS

MÓDULO 3 – ATRIBUIÇÕES

3.1 SUBDIRETORIA DE ENCARGOS ESPECIAIS - SDEE

3.2 SUBDIRETORIA DE PAGAMENTO DE PESSOAL – SDPP

3.3 COMANDANTE DA GUARNIÇÃO E DE OM ISOLADA

3.4 GRUPAMENTOS DE APOIO E OM ISOLADA

3.5 ATRIBUIÇÕES DE TODAS AS OM

3.6 CAPELANIA

3.7 DIRAP (CRIPTA E PHANTEON)

3.8 EQUIPE DE ASSISTÊNCIA AO FUNERAL

MÓDULO 4 - AUXÍLIO FUNERAL

4.1 SOLICITAÇÃO DO BENEFÍCIO

4.2 RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM FUNERAL

MÓDULO 5 – TRANSLADO DE CORPO

5.1 MILITAR

5.2 SERVIDOR CIVIL

5.3 RESSARCIMENTO MILITAR

MÓDULO 6 – FALECIMENTO NO EXTERIOR MILITAR E SERVIDOR CIVIL

MÓDULO 7 – QUADRO RESUMO DE DIREITOS EM ÂMBITO NACIONAL

MÓDULO 8 – DISPOSIÇÕES FINAIS

MÓDULO 1 - APRESENTAÇÃO

O presente manual foi concebido com o objetivo de reunir, em único documento, permanentemente atualizado e de fácil acesso pelas Organizações Militares, mediante consulta eletrônica na INTRAER, as orientações de caráter normativo, oriundas da Subdiretoria de Encargos Especiais (SDEE), por intermédio da Divisão de Encargos Assistenciais, quanto à metodologia a ser adotada em caso de falecimento de militares, ativos e inativos, pensionistas de militares, dependentes de militares, ex-combatentes, anistiados políticos e servidores civis do Comando da Aeronáutica - COMAER, conforme previsto em legislação.

[**Índice**](#)

MÓDULO 2 – SIGLAS, CONCEITOS E REFERÊNCIAS

2.1 SIGLAS

BINFAE	Batalhão de Infantaria Especial da Aeronáutica
COMAER	Comando da Aeronáutica
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
DEA	Divisão de Encargos Assistenciais
DIRAP	Diretoria de Administração do Pessoal
FEP	Formulário Eletrônico de Pessoal
GAP	Grupamento de Apoio
ICA	Instrução do Comando da Aeronáutica
IML	Instituto Médico Legal
OM	Organização Militar
OSA	Organização de Saúde
SDEE	Subdiretoria de Encargos Especiais
SDPP	Subdiretoria de Pagamento de Pessoal
SESO	Serviço Social
UPAG	Unidade Pagadora

2.2 CONCEITOS

Para efeito deste manual, serão adotados os seguintes conceitos:

2.2.1 Assistência Funeral é o conjunto de providências tomadas pelas guarnições, no âmbito do COMAER, por ocasião de óbito de militares (ativo ou inativo), de pensionistas e dependentes de militares, ex-combatentes, anistiados políticos e servidores civis (em atividade ou aposentado).

2.2.2 Auxílio-funeral (militar) é o direito pecuniário, no valor equivalente a uma vez a remuneração percebida, não podendo ser inferior ao soldo de Suboficial, de acordo com a Medida Provisória nº 2.188-8, de 27 de julho de 2001. [\(14\)](#)

2.2.3 Auxílio-funeral (civil) é o direito pecuniário, no valor equivalente a um mês da remuneração ou provento, devido à família do servidor falecido (em atividade ou aposentado). [\(2\)](#)

2.2.4 Anistiados Políticos são aqueles definidos conforme Decreto Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961 e Decreto-Lei nº 864, de 12 de setembro de 1969. [\(8 combinado com 9\)](#)

2.2.5 Certidão de Óbito é o documento emitido exclusivamente pelos cartórios, depois que a família apresenta o original e 2ª via da declaração de óbito e os documentos abaixo relacionados: [\(adaptada 21\)](#)

- a) Certidão de Nascimento (se solteiro);
- b) Certidão de Casamento (se casado) ou Declaração de União Estável;
- c) Original da Carteira de Identidade; e
- d) CPF

2.2.6 Comissão de Pêsames é aquela constituída para acompanhar os restos mortais de militares da ativa, da reserva remunerada ou reformados, para demonstrar publicamente o sentimento de pesar, conforme legislação específica. [\(11\)](#)

2.2.7 A Declaração de Óbito é o documento-base do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS). É composta de três vias auto-copiativas, pré-numeradas, em sequência, fornecidas pelo Ministério da Saúde e distribuída pelas Secretarias Estaduais e Municipais de saúde conforme fluxo padronizado para todo o País [\(20\)](#)

2.2.8 Ex-combatente é todo aquele que tenha participado efetivamente de operações bélicas, na Segunda Guerra Mundial, como integrante da Força do Exército, da Força Expedicionária Brasileira, da Força Aérea Brasileira, da Marinha de Guerra e da Marinha Mercante, e que, no caso de militar, haja sido licenciado do serviço ativo e com isso retornado à vida civil definitivamente, de acordo com a Lei nº 5.315, de 12 de Setembro de 1967. [\(1\)](#)

2.2.9 Equipe de assistência ao funeral é o grupo de militares incumbidos de

coordenar e supervisionar as atividades relativas aos funerais de militares, ativos e inativos, pensionistas de militares, dependentes de militares, ex-combatentes, anistiados políticos e servidores civis no âmbito do COMAER, cujo objetivo é prestar assistência aos respectivos familiares do “de cujus”. Deverá ser designada em Boletim Ostensivo do GAP da Guarnição e ser composta por oficiais e graduados do efetivo de todas as Organizações Militares da Guarnição.

2.2.10 Funeral é o conjunto de cerimônias realizadas quando um cadáver é enterrado, cremado ou removido. ([adaptado 22](#))

2.2.11 Honras fúnebres são homenagens póstumas prestadas diretamente pela tropa aos despojos mortais de alta autoridade ou de militar da ativa, de acordo com a posição hierárquica que ocupava, desde que seja manifestada pelo militar em vida e se a família desejar. Caso o “de cujus” não tenha manifestado o interesse, a família não poderá solicitar a homenagem. ([14](#))

2.3 REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Lei nº 5.315, de 12 de setembro de 1967. Regulamenta o art. 178 da Constituição do Brasil, que dispõe sobre os ex-combatentes da 2ª Guerra Mundial. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5315.htm> Acesso em 18 maio 2018.
2. _____. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm> Acesso em 18 maio 2018.
3. _____. Lei nº 9.442, de 14 de março de 1997 - Cria a Gratificação de Condição, Especial de Trabalho - GCET para os servidores militares federais das Forças Armadas, altera dispositivos das Leis nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e 8.237, de 30 de setembro de 1991, dispõe sobre o Auxílio-Funeral a ex-Combatentes, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9442.htm> Acesso em 18 maio 2018.
4. _____. Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. Regulamenta o art. 8 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10559.htm> Acesso em 18 maio 2018.
5. _____. Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6880.htm> Acesso em 18 maio 2018.
6. _____. Lei nº 13.328, de 29 de julho de 2016. Cria, transforma e extingue cargos e funções; reestrutura cargos e carreiras; altera a remuneração de servidores; altera a remuneração de militares de ex-Territórios Federais; altera disposições sobre gratificações de desempenho; dispõe sobre a incidência de contribuição previdenciária facultativa sobre parcelas remuneratórias; e modifica regras sobre requisição e cessão de servidores. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13328.htm> Acesso em 18 maio 2018.
7. _____. Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972. Dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União no exterior, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5809.htm> Acesso em 18 maio 2018.
8. _____. Decreto Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961. Concede anistia aos que praticaram fatos definidos como crimes que menciona. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1960-1969/decretolegislativo-18-15-dezembro-1961-350043-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em 18 maio 2018.
9. _____. Decreto-Lei nº 864, de 12 de setembro de 1969. Altera o artigo 2º do Decreto-Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961, e dá outras providências Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1960-1969/decretolegislativo-18-15-dezembro-1961-350043-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em 18 maio 2018.

10. _____. Decreto nº 4.307, de 18 de Julho de 2002. Regulamenta a Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, que dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nº 3.765, de 4 de maio de 1960, e Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4307.htm> Acesso em 18 maio 2018.

11. _____. Decreto nº 88.513, de 13 de Julho de 1983. Dispõe sobre o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas, e dá outras providências. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-88513-13-julho-1983-438402-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 21 setembro 2018.

12. _____. Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973. Regulamenta a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, que dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União no exterior. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d71733.htm> Acesso em 18 maio 2018.

13. _____. Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001. Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nº 3.765, de 4 de maio de 1960, e Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2215-10.htm> Acesso em 18 maio 2018.

14. _____. Medida Provisória nº 2.188-8, de 27 de julho de 2001. Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nº 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas_2001/2188-8.htm> Acesso em 18 maio 2018.

15. _____. Portaria nº 1.270/CG3, de 03 de novembro de 2005. Dispõe sobre o “Regulamento Interno dos Serviços da Aeronáutica – RISAER (RCA 34-1)”. Disponível em <http://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-1270-2005_193188.html> Acesso em 21 de setembro de 2018.

16. _____. Portaria Normativa nº 660/MD, de 19 de maio de 2009. Dispõe sobre o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas. Disponível em <http://www.lex.com.br/doc_1876016_PORTARIA_NORMATIVA_N_660_DE_19_DE_MAIO_DE_2009.aspx> Acesso em 21 de setembro de 2018.

17. _____. Nota Informativa nº 36 /2013/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP. Dispõe sobre Auxílio-funeral, gastos havidos por terceiros indenizáveis. Disponível em <<https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/pesquisaTextual/atoNormativoDetalhesPub.htm?id=11229>> Acesso em 21 de setembro de 2018.

18. _____. Instrução do Comando da Aeronáutica nº 161-1, aprovada pela Portaria SDEE Nº 10/EE4-SEC, de 10 de Março de 2014. Trata da Gestão e Aplicação dos Recursos da Assistência Social.

19. _____. Portaria SDPP nº 16/PPCI, de 9 de setembro de 2014, aprova a edição do

MCA 177-2 (Digital), que versa sobre as instruções relativas ao Sistema de Pagamento de Pessoal da Aeronáutica, e dá outras providências.

20. _____. Ministério da Saúde. Declaração de óbito: documento necessário e importante / Ministério da Saúde, Conselho Federal de Medicina, Centro Brasileiro de Classificação de Doenças. – Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 40 p. : il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos)
<<http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2015/agosto/14/Declaracao-de-Obito-WEB.pdf>> Acesso em 06 de julho de 2018.

21. _____. Acesso a informação. Governo Federal. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2009/10/certidao-de-obito>>. Acesso em 08 de maio de 2018.

22. _____. Dicionário Informal. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Funeral>>. Acesse em 08 de maio de 2018.

MÓDULO 3 – ATRIBUIÇÕES

3.1 SUBDIRETORIA DE ENCARGOS ESPECIAIS - SDEE

3.1.1 Normatizar e orientar as Atividades de Funeral definidas neste Manual.

3.1.2 Planejar e elaborar a proposta orçamentária com vistas à descentralização de recursos para a realização de translado de corpo.

3.2 SUBDIRETORIA DE PAGAMENTO DE PESSOAL – SDPP

3.2.1 Emitir instruções específicas quanto aos procedimentos operacionais para o pagamento do Auxílio-funeral.

3.3 COMANDANTE DA GUARNIÇÃO E DE OM ISOLADA

3.3.1 Coordenar as providências decorrentes de óbito em sua área de jurisdição, por meio do setor competente.

3.3.2 Manter atualizada as orientações específicas quanto ao funcionamento das atividades da equipe de assistência ao funeral.

3.3.3 Providenciar, por meio do setor ou OM competente, guarda de honras fúnebres, de acordo com a Portaria Normativa nº 660/MD, de 19 de maio de 2009, quando solicitado em vida pelo “de cujus” e quando autorizado pela família.

3.3.4 Determinar a composição dos membros da equipe de assistência ao funeral, contendo a designação dos militares e respectivas OM de origem. A equipe de assistência ao funeral deverá ser composta de oficiais e graduados de todas as Organizações Militares da Guarnição, com número de participantes a ser definido, de acordo com as necessidades locais.

3.3.5 Emitir normativo que contenha procedimentos padronizados relativos às suas atribuições e àquelas a serem executadas pelas OM subordinadas, em coordenação com as demais OM de sua área de jurisdição, devendo possuir, no mínimo, capítulos que versem especificamente sobre:

a) a participação aos familiares do falecimento do militar;

b) a divulgação do falecimento do militar e designação de Comissão de Representação;

c) o translado do corpo do militar da ativa falecido;

d) as providências da OM a qual o militar estava servindo ou adido por ocasião do seu falecimento;

e) as atribuições da Guarnição em cuja área de jurisdição ocorra o falecimento e que não seja aquela a qual o militar pertence ou esteja adido;

f) as providências a serem executadas pela Guarnição, ou OM isolada,

quando houver traslado do corpo para sepultamento em cemitério localizado próximo à sua sede, e for solicitado o apoio pela OM a que pertencia o militar;

g) as providências administrativas para a realização do sepultamento; e

h) a coordenação das atribuições relativas ao velório, sepultamento, ato religioso e honras fúnebres.

3.4. GRUPAMENTOS DE APOIO E OM ISOLADA

3.4.1 Informar a equipe de assistência ao funeral os dados existentes na divisão de pessoal, referentes ao “de cujus”, quando for o caso.

3.4.2 Após a determinação do Comandante da Guarnição, providenciar a publicação, em Boletim Ostensivo do GAP ou OM isolada, conforme o caso, da designação da equipe de assistência ao funeral.

3.4.3 Providenciar meio de comunicação eficaz para uso dos militares de serviço na equipe de assistência ao funeral.

3.4.4 Providenciar meio de transporte para atender as necessidades da equipe de assistência ao funeral, quando acionada.

3.4.5 Providenciar a abertura de um livro de ocorrências, onde o responsável pela equipe de assistência ao funeral deverá lançar todos os acionamentos e os fatos relevantes que envolverem o funeral.

3.5. ATRIBUIÇÕES DE TODAS AS OM

3.5.1 Escalar equipe de representação para o funeral (comissão de pêsames), observada a legislação específica, quando for o caso.

3.5.2 A OM a que pertencia o “de cujus” deve remeter a DIRAP, em até dez dias úteis, o histórico militar ou o respectivo complemento, para o andamento do processo de pensão militar.

3.5.2.1 Deve ainda comunicar o óbito, por intermédio de mensagem eletrônica de trâmite urgente, aos seus escalões superiores, à DIRAP e, quando se tratar de oficial da ativa, também à CPO; e à Comissão de Promoções de Graduados (CPG), se graduado ou praça (cabo). A mensagem deve conter os seguintes dados:

a) o posto ou a graduação, o quadro ou a especialidade e o nome do militar por extenso;

b) a caracterização do óbito: ocorrência ou não em serviço;

c) caso seja possível, a "causa mortis"; e

d) outros dados julgados necessários.

3.5.3 A OM que tomar conhecimento do óbito de militar da ativa, em área de jurisdição diversa a que o militar estava subordinado, deverá comunicar imediatamente à Guarnição da área e à OM a qual o militar pertencia. Além disso, deverá transmitir os dados conhecidos acerca do óbito por intermédio de mensagem eletrônica de trâmite urgente ao GABAER, à DIRAP; e à Comissão de Promoções de Oficiais da Aeronáutica (CPO), se oficial e à Comissão de Promoções de Graduados (CPG), se graduado ou praça (cabo).

3.5.4 As providências mencionadas acima também devem ser adotadas pela OSA onde ocorrer o óbito de militar da ativa.

3.5.5 Para o cumprimento do disposto no item 3.5 as OM devem emitir NPA acerca dos procedimentos a serem executados, no âmbito da Unidade, em consonância com as Instruções dos Órgãos responsáveis pela normalização das atividades de Funeral no âmbito do COMAER e das respectivas Guarnições.

3.6 CAPELANIA

3.6.1 Deverá comunicar, pessoalmente, em nome do Comandante, Diretor ou Chefe do militar o óbito à família, quando o falecimento ocorrer em serviço, ou no local de trabalho, acompanhado de um médico;

3.6.2 Informar à família a existência da assistência religiosa.

3.6.3 Realizar a prestação de serviços religiosos solicitados pela família do “de cujus”.

3.6.4 Fornecer ao setor competente e ao Oficial de dia da Guarnição, ou OM isolada, uma relação com nome, endereço residencial e de trabalho e telefone dos Capelães da região.

3.7 DIRAP (CRIPTA E PHANTEON)

3.7.1 A CRIPTA e o PHANTEON dos aviadores são de responsabilidade da Diretoria de Administração do Pessoal – DIRAP.

3.7.2 O sepultamento de militar em acidente de aviação, de Ex-Comandantes ou Comandante da Força Aérea pode ser realizado na “Cripta dos Aviadores”, desde que haja aquiescência da família.

3.7.3 A exumação de restos mortais de militares sepultados na “Cripta dos Aviadores” será providenciada pelo COMAER, com aquiescência das respectivas famílias.

3.8 EQUIPE DE ASSISTÊNCIA AO FUNERAL

3.8.1 Poderá ser acionada a qualquer momento, inclusive finais de semana, feriados e em horários fora do expediente.

3.8.2 O militar de sobreaviso deverá manter os Oficiais de dia informados sobre o local em que se encontra, o número do celular funcional, os telefones residenciais e de outros dados que facilitem o acionamento.

3.8.3 Entrar em contato com a funerária indicada pela família e se dirigir ao local em que tenha ocorrido o falecimento, assim que receber o comunicado do óbito.

3.8.4 Acionar o próximo militar que compõe a equipe, caso haja 02 (dois) ou mais óbitos concomitantemente.

3.8.5 Orientar a família quanto ao direito de solicitar os serviços de capelania para as providências religiosas.

3.8.6 Orientar a família quanto aos procedimentos necessários para fazer jus ao auxílio-funeral, bem como orientá-la quanto ao comparecimento ao setor de pessoal militar, civil ou inativo, logo após a emissão da certidão de óbito pelo cartório, objetivando à habilitação à pensão militar ou civil, informando quanto aos documentos necessários para abertura do processo respectivo, observadas as legislações específicas.

3.8.7 Informar a família quanto à documentação necessária (CPF, identidade, certidão de nascimento, casamento), para as providências do funeral.

3.8.8 Informar a família sobre a necessidade de comparecimento ao Cartório para a emissão da Certidão de Óbito, portando a declaração de óbito expedida por médico competente.

3.8.9 Acompanhar, em conjunto com a família, o cumprimento dos horários estipulados para velório e sepultamento.

3.8.10 Orientar a família para que entre em contato com o cemitério, para ter ciência das despesas relativas à sepultura e capela (despesas cemiteriais).

3.8.11 Acionar o responsável pela guarnição para providenciar, no âmbito da Unidade responsável pela guarda e segurança, a designação de guarda fúnebre, quando for o caso.

3.8.12 Orientar a família quanto à possibilidade do ressarcimento da despesa do funeral, quando esta for custeada por terceiros, observada a legislação específica.

3.8.13 Orientar a família para não fornecer contracheque e informações financeiras do “de cujus” para a empresa responsável pelo sepultamento.

3.8.14 Não apresentar aos familiares do “de cujus” os serviços ofertados pelas funerárias.

3.8.15 Comunicar o óbito de militar ou servidor em atividade ao Comandante, Chefe ou Diretor da OM respectiva.

3.8.16 Preencher livro de ocorrências, onde deverão ser lançados todos os acionamentos e os fatos relevantes que envolverem o funeral.

3.8.17 Comunicar à autoridade policial qualquer caso de morte sob suspeita de assassinato ou por acidente, para que ocorra a remoção para o Instituto Médico Legal.

3.8.18 Comunicar ao Comandante da Guarnição a necessidade de remoção de corpo em aeronave da FAB.

MÓDULO 4 - AUXÍLIO FUNERAL

O pagamento do auxílio-funeral e o ressarcimento de despesas com funeral serão realizados conforme orientações contidas no módulo 6 do Manual Eletrônico da Subdiretoria de Pagamento de Pessoal (MCA 177-2).

4.1 SOLICITAÇÃO DO BENEFÍCIO

4.1.1 MILITAR, PENSIONISTA, DEPENDENTE, EX-COMBATENTES E ANISTIADOS POLÍTICOS

4.1.1.1 Terão direito a solicitação do benefício os militares, ativo e inativo, pensionistas e dependentes, ex-combatentes e anistiados políticos que apresentarem as seguintes comprovações no setor de pessoal da OM a que estiver vinculado:

a) certidão de óbito;

b) parte pessoal solicitando o benefício (militar da ativa);

c) original e cópia da carteira da identidade, CPF, certidão de nascimento, casamento ou união estável e o último contracheque do militar, pensionista, ex-combatente ou anistiado político; e

d) original e cópia da carteira de identidade, CPF, comprovante de conta-corrente de quem custeou as despesas, acompanhado das notas fiscais do funeral.

4.1.1.2 Os militares da ativa deverão solicitar o benefício mediante login e senha no portal do militar, na aplicação FEP.

4.1.2 SERVIDOR CIVIL

4.1.2.1 Terão direito a solicitação do benefício os interessados que apresentarem no Órgão de Pessoal Civil os seguintes documentos:

a) original e cópia da Certidão de Óbito do Servidor;

b) original e cópia da carteira da identidade, CPF, certidão de nascimento, casamento ou união estável e o último contracheque do Servidor; e

c) original e cópia da carteira de identidade, CPF, comprovante de conta-corrente de quem custeou as despesas, acompanhado das notas fiscais do funeral.

4.2 RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM FUNERAL

Os processos de ressarcimento de despesas com funeral requerem a análise acerca de quais tipos de gastos realizados por terceiros devem ser indenizados no pagamento de Auxílio-funeral. O pagamento do ressarcimento deve ser realizado conforme orientações contidas no módulo 6 do Manual Eletrônico da Subdiretoria de Pagamento de Pessoal (MCA 177-2).

4.2.1 São indenizáveis somente os gastos com a cerimônia de enterramento ou cremação.

4.2.2 Ficam excluídas da indenização eventuais despesas que caracterizem desenterramento, ou seja, que descaracterizem o ato funerário.

4.2.3 Os gastos havidos com exumação, baú para ossos, placa de bronze, castiçais, coroa de flores e outros que caracterizem desenterramento, **não** devem ser indenizados.

4.2.4 Exemplos de despesas para o sepultamento cobertos pelo Auxílio-funeral:

- a) remoção do corpo para o local do velório/sepultamento dentro da mesma cidade;
- b) urna (caixão);
- c) flores para ornamentação da urna;
- d) véu;
- e) capela para realização do velório;
- f) gaveta ou túmulo alugado para sepultamento; e
- g) taxa para sepultamento.

MÓDULO 5 - TRANSLADO DE CORPO

Nenhum translado de corpo será realizado em viatura ou aeronave do COMAER sem autorização expedida por órgão policial competente, por menor que seja o percurso. A citada autorização será fornecida conforme se segue:

a) a funerária, de posse do atestado de óbito, providenciará o translado, em caso de morte natural em residência do próprio ou em hospital; e

b) em caso de morte acidental ou quando não estiver de posse do atestado de óbito:

b.1 o translado ao Instituto Médico Legal - IML deverá ser realizado após autorização da Polícia Civil;

b.2 o translado para fora do município só poderá ser realizado mediante autorização fornecida pelo IML ou pelos Distritos Policiais; e

b.3 nada poderá ser tocado, removido ou alterado no local onde haja um cadáver, antes que a autoridade policial competente seja informada e que esta tome as providências cabíveis.

As solicitações de aeronave do COMAER para translado de corpo deverão ser coordenadas pelo comandante da guarnição a qual a OM esteja subordinada.

São necessários para o translado de corpo em aeronave:

a) atestado de óbito;

b) termo de embalsamamento (emitido pelo Hospital ou clínica que realizar o embalsamamento);

c) guia de translado – (providenciada junto à delegacia de polícia civil);

d) viatura para remover o corpo; e

e) urna zincada.

5.1 MILITAR

5.1.2 O militar da ativa terá direito ao translado, urna zincada e embalsamamento, se for o caso, por conta da União, em qualquer situação de falecimento.

5.1.3 Cabe à União o custeio das despesas com o translado do corpo do militar da ativa falecido, para a localidade, dentro do território nacional, solicitada pela família, incluindo despesas indispensáveis à efetivação desse transporte, de acordo com o Art. 34 do Decreto nº 4.307, de 18 de Julho de 2002.

5.1.4 Será custeada pela União a despesa com o translado do corpo quando ocorrer o falecimento de militar inativo ou de dependente de militar em organização hospitalar, situada fora da localidade onde residia, para qual tenha sido removido por determinação

médica competente da respectiva Força Armada, de acordo com o Art ° 35 do Decreto nº 4.307, de 18 de Julho de 2002.

5.1.5 As despesas de preparação e do translado do corpo não são custeadas pelo Auxílio-funeral, estando previstas nos Arts. 34 e 35 do Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002.

5.1.6 Para a execução da despesa de que trata o item 5.1.3, a OM executora responsável pelo translado do corpo deverá solicitar à SDEE os recursos orçamentários necessários ao empenho da despesa, por meio de mensagem-telegráfica ou fac-símile, com as seguintes informações:

- a) nome/Posto/Graduação do militar falecido ou nome do dependente do militar e nome do militar responsável;
- b) número de ordem do militar ou de seu dependente;
- c) OM solicitante;
- d) OM vinculada;
- e) trecho a ser translado;
- f) motivo do falecimento;
- g) nome e CNPJ da empresa responsável pelo translado, embalsamamento e fornecimento da Urna Zincada;
- h) descrição do valor das despesas com embalsamamento, urna zincada e translado do corpo em moeda nacional (R\$); e
- i) total solicitado.

5.2 SERVIDOR CIVIL

5.2.1 O servidor civil terá direito ao translado, urna zincada e embalsamamento, caso o falecimento tenha ocorrido em serviço, fora do local de trabalho.

5.2.2 Em caso de falecimento de servidor em serviço fora do local de trabalho, inclusive no exterior, as despesas de transporte do corpo correrão à conta de recursos da União, de acordo com o art. 228 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

5.2.3 Os recursos serão provenientes da Ação 2000 do próprio plano de ação da OM na qual o servidor estava lotado, conforme orientação do EMAER, por meio da Mensagem Fac-Símile nº 28/5SCI/9772, de 13/07/2018.

5.2.4 Na hipótese de insuficiência de crédito, proceder à solicitação de suplementação de crédito ao ODGSA responsável pela ação e também pela designação do servidor civil para a missão.

5.3 RESSARCIMENTO MILITAR

5.3.1 Na impossibilidade de ser cumprido o procedimento previsto para custeio por conta da União do traslado de corpo, devido a empecilhos administrativos, tais como indisponibilidade de crédito, recurso específico, falha na tramitação burocrática, falta de tempo hábil para solicitação e em casos de emergência e urgência, a guarnição deverá seguir o procedimento abaixo, de modo a viabilizar o ressarcimento de despesa com o traslado de corpo.

5.3.2 O Comandante, Chefe ou Diretor da OM responsável solicitará à SDEE a autorização para realizar o pagamento do traslado de corpo, na modalidade ressarcimento de despesa, mediante justificativa que embase a alteração do procedimento previsto.

5.3.3 Com base na solicitação do Comandante, Chefe ou Diretor da OM responsável e na análise da documentação anexa, a SDEE poderá autorizar ou não o Ressarcimento de Despesas, em caráter excepcional.

5.3.4 Para a autorização do ressarcimento, em caráter excepcional, das despesas com traslado de corpo, a OM executora deverá realizar a cotação dos serviços descritos no item 5.1.2 e, de posse do menor valor encontrado, deverá solicitar à SDEE autorização para o ressarcimento, por meio de mensagem-telegráfica, com as seguintes informações:

- a) nome/posto/graduação do militar falecido ou nome do dependente do militar e nome do militar responsável;
- b) número de ordem do militar ou de seu dependente;
- c) OM solicitante;
- d) OM vinculada;
- e) trecho a ser trasladado;
- f) motivo do falecimento;
- g) nome e CNPJ das empresas nas quais foi realizada a cotação dos valores para a prestação dos serviços descritos no item 5.1.2;
- h) descrição do valor das despesas com embalsamamento, urna zincada e traslado do corpo em moeda nacional na menor cotação encontrada (R\$);
- i) total dos serviços; e
- j) justificativa do Comandante, Chefe ou Diretor para a não realização do traslado de corpo pela modalidade “Por Conta da União”.

5.3.4.1 O processo de ressarcimento de despesas com traslado de corpo deve conter:

- a) solicitação de ressarcimento;

- b) detalhamento das cotações realizadas;
- c) mensagem fac-símile encaminhada à SDEE solicitando autorização para realizar o ressarcimento;
- d) documento resposta da SDEE autorizando ou não o ressarcimento;
- e) publicação da solicitação e deferimento, ou não, do ressarcimento, em boletim interno da OM executora; e
- f) relatório de saque.

MÓDULO 6 - FALECIMENTO NO EXTERIOR MILITAR E SERVIDOR CIVIL

6.1 No atendimento aos casos de falecimento de militar e servidor civil no exterior (translado) e respectivos dependentes (transporte de pessoal, bagagem e automóvel), cumpre-se o disposto abaixo, de acordo com a redação da Seção IX do Art. 37 da Lei 5809/72, com alterações dadas pela Lei 13.328, de 29 de julho de 2016:

- a) é assegurado o funeral ao servidor em missão no exterior;
- b) considera-se funeral o sepultamento ou cremação; e
- c) são responsáveis pelas providências do funeral, pagamento de Auxílio-funeral no exterior e traslado dos restos mortais, conforme o caso e na sequência a seguir:
 - c.1 A organização brasileira em que estava em serviço o servidor;
 - c.2 A repartição consular em cuja jurisdição ocorrer o óbito, ou
 - c.3 A missão diplomática no país na inexistência das outras duas responsáveis.

6.2 No caso de falecimento do servidor em serviço no exterior, em missão eventual, a União custeia e promove o sepultamento ou translada o corpo para o Brasil.

6.3 Transladando-se o corpo para o Brasil, o Auxílio-funeral, devido no país, é pago em moeda nacional, observadas as disposições legais aplicáveis.

6.4 Em casos especiais, a critério do Poder Executivo, a União pode custear diretamente o sepultamento do servidor falecido no exterior. Neste caso, não cabe direito a qualquer tipo de Auxílio-funeral por parte de beneficiários do falecido.

6.5 Ocorrendo o falecimento de servidor em missão no exterior, que não esteja acompanhado de cônjuge, companheiro ou parente civilmente capaz, é assegurado a 01 (um) membro de sua família o transporte de ida e volta até o local onde se encontra o corpo.

6.6 Transladando-se o corpo para o Brasil, é assegurado ao cônjuge ou companheiro, ou a dependente civilmente capaz que acompanhe o servidor falecido do local onde se encontra o corpo até o Brasil, para o funeral, e de regresso à sede no exterior, para tomar as providências relativas ao transporte dos bens e ao fechamento de sua residência.

6.7 Ocorrendo o falecimento de dependente no exterior, o traslado do corpo para o Brasil será custeado pelo órgão a que está vinculado o servidor.

6.8 Os dependentes do servidor, falecido quando em serviço no exterior, têm direito ao mesmo tratamento aduaneiro para desembaraço de bagagem que lhe era

assegurado ao término de sua missão.

6.9 Quando o servidor falecer em serviço no exterior, os dependentes constantes de sua declaração têm direito, dentro do prazo de um ano, contado da data do falecimento, ao transporte para regresso ao Brasil, obedecidas às disposições sobre passagens e bagagem, para dependentes, inclusive o limite de cubagem e de peso a que tinha direito o servidor falecido, de acordo com o Art. nº 34 Decreto Nº 71.733, de 18 de Janeiro de 1973.

MÓDULO 7 - QUADRO RESUMO DE DIREITOS EM ÂMBITO NACIONAL

BENEFICIADOS	DIREITOS ÂMBITO NACIONAL				
	Assistência-Funeral	Auxílio-Funeral	Honras Fúnebres	Translado Nacional	Transporte de Pessoal, Bagagem e Automóvel
Militar da Ativa	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Militar RR/RF	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Dependente Militar	Sim	Sim	Não	Sim	Não
Pensionista Militar (viúva e/ ou companheira)	Sim	Sim	Não	Sim	Não
Demais pensionistas	Não	Não	Não	Não	Não

BENEFICIADOS	DIREITOS ÂMBITO NACIONAL				
	Assistência-Funeral	Auxílio-Funeral	Honras Fúnebres	Translado Nacional	Transporte de Pessoal, Bagagem e Automóvel
Civil da Ativa	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Civil Aposentado	Sim	Sim	Não	Não	Não
Dependente Civil	Não	Não	Não	Não	Sim
Pensionista Civil	Não	Não	Não	Não	Não

MÓDULO 8 – DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 Em caso de óbito ocorrido durante o horário do expediente, o chefe imediato do(a) falecido(a), tão logo tome conhecimento do fato, informará ao Comandante, Diretor ou Chefe da OM.

8.2 Em qualquer caso de morte sob suspeita de assassinato ou por acidente, deverá ser comunicado à autoridade policial e dela solicitar a remoção para o Instituto Médico Legal mais próximo, onde será feita autópsia e preenchido o Atestado de Óbito, pelo médico legista. A liberação do corpo só ocorrerá após a assinatura de um termo de reconhecimento assinado por membro da família ou por pessoa credenciada pela OM do falecido.

8.3 Se o funeral for custeado pela União, não há o que se pagar aos beneficiários o auxílio em questão.

8.4 Os casos não previstos neste manual deverão ser submetidos à apreciação da SDEE/DIRAP.

